



**ATA DA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Zé Teixeira e Herculano Borges, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária mista.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Havendo número legal, declaro aberta a presente sessão. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Solicito ao deputado Herculano Borges, segundo-secretário, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Herculano Borges — Republicanos) - Bom dia, senhor presidente! Cumprimento Vossa Excelência e os deputados Pedro Kemp, Paulo Duarte e Amarildo Cruz, que estão presentes aqui no Plenário, e os deputados que estão participando da sessão de forma remota: Antonio Vaz, Professor Rinaldo, Zé Teixeira, Coronel David, Marçal Filho e Neno Razuk. Cumprimento também quem nos acompanha pela TV, Rádio Assembleia e pela internet, os servidores da Casa e os nossos amigos e as nossas amigas fisioterapeutas que estão participando de forma presencial da nossa sessão. Sejam bem-vindos! Leitura da ata. *"Ata da Quadragésima Sexta Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e onze minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Zé Teixeira e Herculano Borges, primeiro e segundo secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária mista. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Cinquenta e Dois da Quadragésima Quinta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagem nº 30/2022, do Poder Executivo; Ofício nº 168.0.073.0042/2022, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 737, 738, 740 a 743, 745 e 746/2022, do governo do estado de Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram palavra os deputados Paulo Duarte, Pedro Kemp e Herculano Borges. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Barbosinha, Lucas de Lima, Renato Câmara, Zé Teixeira, Coronel David, Mara Caseiro e Amarildo Cruz. GRANDE EXPEDIENTE - Não houve oradores inscritos. ORDEM DO DIA - Foi aprovado, em redação final e votação nominal on-line, o Projeto de Resolução nº 1/2022, de autoria dos deputados Amarildo Cruz e Paulo Corrêa. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal on-line, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 59/2022, de autoria do deputado Evander Vendramini; Projeto de Lei nº 64/2022, de autoria do deputado Capitão Contar. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal on-line, o Projeto de Lei nº 136/2022, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moções de pesar, de autoria da Casa, endereçadas aos familiares de Jair Boni Cogo, Agostinho Rocha e Fausto Matogrosso; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Barbosinha, endereçada aos familiares de João Derli Farias Souza; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada à capitã Janaine Penteado Santana, ao prefeito do município de Mundo*



Novo, senhor Valdomiro Brischiliari, e à secretária de Assistência Social de Mundo Novo, senhora Eliane Rocha de Paulo, pelo 'Projeto Mães que Salvam', desenvolvimento em Mundo Novo, que será realizado no dia 4 de junho de 2022, no Anfiteatro Dorcelina Folador; indicações, de autoria dos deputados Evander Vendramini, Renato Câmara, Zé Teixeira, Coronel David, Amarildo Cruz, Lucas de Lima e Mara Caseiro. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dois de junho do ano de dois mil e vinte e dois". Senhor presidente, foi lida a ata.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao deputado Zé Teixeira, primeiro-secretário, que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Zé Teixeira - PSDB) — Bom dia, senhor presidente e nobres pares! Expediente da Sessão Ordinária do dia 7 de junho de 2022: Mensagem nº 31/2022, Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023 (Prot. nº 2.026/2022); Ofício nº 168.0.073.0044/2022, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, encaminhando anteprojeto de lei que visa à modificação de dispositivo da Lei nº 3.310, de 14 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 2.034/2022); Ofício nº 168.0.073.0045/2022, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, encaminhando anteprojeto de lei que visa à modificação do artigo 169-A da Lei nº 3.310, de 14 de dezembro de 2006 - Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 2.035/2022); Ofício nº 168.0.073.0046/2022, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, encaminhando anteprojeto de lei que visa à modificação da Lei nº 1.071, de 11 de julho de 1990, que dispõe sobre a criação e funcionamento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 2.036/2022); Ofícios nºs 769 e 785/2022, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, respondendo aos requerimentos dos deputados Capitão Contar e Amarildo Cruz (Prot. nºs 25.642, 25.700/2022); Ofício nº 422/2022, da Secretaria de Estado de Infraestrutura de Mato Grosso do Sul, encaminhando cópia do Termo de Convênio nº 013/2022, para ciência deste Poder Legislativo; Carta nº 06.0284/2022, da Claro Telefonía, respondendo à indicação do deputado Amarildo Cruz (Prot. nº 25.657/2022). Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço. Quero registrar a presença da senhora Patrícia Riquelme de Barros, coordenadora de estágio de fisioterapia da Unigran; dos alunos da Unigran; e do senhor Renato Silva Nasser, presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 13ª Região. Sejam bem-vindos! Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Herculano Borges. Vossa Excelência disporá de um minuto.

DEPUTADO HERCULANO BORGES (Republicanos) — Quero registrar que a nossa Capital recebeu a 29ª Taça Brasil de Futsal Feminino. Representaram o

nosso estado as equipes de Campo Grande e de Dourados. Quero destacar, de forma especial, a participação da equipe da Sociedade Esportiva Chapadão/ Universidade Católica Dom Bosco (Serc/UCDB), que ficou com a segunda colocação. Eu comecei esse trabalho na UCDB no começo do ano 2000 e fico feliz em ver que o futsal feminino da UCDB vem evoluindo cada vez mais. Hoje, a equipe é dirigida pelo Luiz Fernando Borges Daniel, treinador, reconhecido no Brasil como um dos melhores da modalidade. Não é à toa que ele levou a UCDB a essa conquista inédita. A competição foi realizada no Ginásio Guanandizão, eu fui prestigiar o evento e foi muito legal. Então, quero encaminhar uma moção de congratulação ao padre Idenilson Lemes da Conceição, pró-reitor de Pastoral e Assuntos Comunitários da UCDB, estendida à comissão técnica, em nome do professor Luiz Fernando, do professor Clayton e também do querido João Felix Marinho Boteselli, presidente da SERC/UCDB. Então, o nosso estado é vice-campeão da 29ª Taça Brasil de Futsal Feminino. Parabéns à equipe! Por fim, quero encaminhar uma moção de congratulação ao pastor Manoel de Souza Lima Neto pela sua posse como pastor da importante e conhecida Terceira Igreja Batista de Campo Grande. Desejo a ele boa sorte e bênçãos de Deus!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Amarildo Cruz.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Senhor presidente, colegas deputados e público que acompanha a nossa sessão, bom dia! Tenho uma moção de congratulação e um projeto de lei. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhada moção de congratulação à professora Delmeires Moraes pela posse na presidência da Federação dos Trabalhadores da Educação do Mato Grosso do Sul (Fetems). Projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de informações relativas à promoção ou patrocínio de eventos artísticos, culturais e esportivos com recursos públicos. Artigo 1º - é obrigatória a inserção de placas informativas e/ou banners informativos eletrônicos ou de qualquer natureza como forma de divulgação, contendo dados relativos ao uso de recursos públicos, para a realização de eventos artísticos, culturais e esportivos. Parágrafo único - Tanto os eventos realizados diretamente pelo poder público, quanto os por ele patrocinados, ficam obrigados ao cumprimento desta lei. Artigo 2º - As placas informativas de que trata o artigo 1º devem ser afixadas pelo responsável pelo evento na semana anterior ao evento e durante a sua realização, e ser exibidas ao público em local visível e com textos que possibilitem a sua visualização à distância, com dimensão mínima de dois metros de largura por um metro de altura. Parágrafo único - As placas informativas devem conter o número do contrato firmado, o valor, o nome das partes contratantes e a data da realização, vedada a aposição de nome, símbolos ou imagens que caracterizem a promoção pessoal de quaisquer pessoas". Senhor presidente, com a aprovação deste projeto, acredito que o Parlamento pode contribuir para a moralização da política de formalização de contratos de valores exorbitantes para a promoção de shows, principalmente em cidades que têm problemas e déficits na área da saúde, da segurança, da educação. Peço o apoio dos colegas. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Perfeitamente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu quero apresentar uma indicação, atendendo à solicitação da direção colegiada da Escola Estadual Professora Tertulina Martins de Oliveira, localizada no município de Itaquiraí. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder à secretária de estado de Educação, senhora Maria Cecília Amendola da Motta, solicitando a manutenção da rede hidráulica da escola, que, apesar de nova, está apresentando diversos vazamentos, os quais podem causar futuros danos à estrutura do prédio. Também estamos solicitando a aquisição de computadores para o laboratório de informática, para atender os estudantes de forma satisfatória. Solicitamos, ainda, a lotação de servidores para compor o quadro administrativo da escola. Recentemente, o governo promoveu a chamada de aprovados no concurso público para assistentes administrativos, e a escola necessita de servidores. Somente isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos senhores deputados (*Um projeto de lei e duas moções de congratulação, de autoria do deputado Amarildo Cruz. Projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de informações relativas à promoção ou patrocínio de eventos artísticos, culturais e esportivos com recursos públicos (Prot. nº 02059/2022). Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao delegado Fábio da Silva Magalhães, estendida a toda a equipe da Delegacia de Polícia de São Gabriel do Oeste, com cópia ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, pelo trabalho realizado em defesa da população. Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação aos esportistas Jorge Alves de Araújo Neto e Cícero Otacílio de Oliveira pela conquista do título de campeão do 26º Torneio de Malha Dirceu Santos, ocorrido no dia 22 de maio do corrente ano (Prot. nº 02028/2022). Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à professora Deumeires Moraes pela posse na presidência da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (quadriênio 2021-2025) (Prot. nº 02058/2022). Um projeto de lei e dois requerimentos, de autoria do deputado Evander Vendramini. Projeto de lei que estabelece diretrizes para o Programa Estadual de Valorização da Vida, nas escolas de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 02033/2022). Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, com cópia autônoma ao coronel Marcos Paulo Gimenez, comandante-geral da Polícia Militar, requisitando informações, soluções e ações efetivas para aumentar as rondas ostensivas nos arredores das escolas estaduais do município de Campo Grande, em especial na Escola Estadual Hércules Maymone, em razão das brigas de estudantes que vêm ocorrendo nos últimos dias (Prot. nº 02019/2022). Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder aos prefeitos municipais, com cópia aos secretários municipais de Saúde, para que desenvolvam

um projeto objetivando implantar banheiros públicos adaptados para pessoas ostomizadas no município, de modo a garantir a acessibilidade (Prot. nº 02020/2022). Uma indicação, de autoria do deputado Felipe Orro. Indico à Mesa, observadas as normas regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes em Mato Grosso do Sul, senhor Euro Nunes Varanis Junior, solicitando a duplicação da BR-060, no trecho que liga Campo Grande a Sidrolândia (Prot. nº 02063/2022). Uma indicação e uma moção de congratulação, de autoria do deputado Herculano Borges. Requeiro à Mesa, observadas as disposições, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à senhora Vera Lúcia Amorim da Costa e Castro, eleita para o cargo de segunda-vice-governadora do Distrito LB-1, ano legislativo 2022/2023, por maioria de votos (Prot. nº 02030/2022). Indico, nos termos do artigo 176, II, do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Rudi Fiorese, solicitando a revitalização (construção de uma quadra de areia, bem como de sistema de iluminação e limpeza da praça localizada na rua Palestina com a rua Beatriz, no bairro Jardim Panamá (Prot. nº 02029/2022). Uma indicação e dois projetos de lei, de autoria do deputado Jamilson Name. Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Reinaldo Azambuja, governador do estado, com cópia ao senhor Renato Marcílio, secretário de estado de Infraestrutura, e ao senhor Euro Nunes Varanis Junior, superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, solicitando a instalação de faixa elevada para travessia de pedestres, com sinalização, na MS-165, no perímetro urbano do município de Aral Moreira, da rotatória próxima ao Posto de Combustível Santo Antônio até a rotatória que dá acesso ao Distrito de Vila Marques (Prot. nº 02065/2022). Projeto de lei que denomina 'ponte Guilherme Gomes da Silva' a ponte de concreto sobre o córrego Barra Mansa, na MS-324, no município de Água Clara (Prot. nº 02055/2022). Projeto de lei que institui o 'Projeto Game na Escola' na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 02066/2022). Quinze moções de congratulação, de autoria do deputado Lidio Lopes. Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o Regimento Interno, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Enelto Ramos da Silva, prefeito municipal de Sonora, com cópia ao senhor Dalmi Alves, presidente da Câmara Municipal, pelo aniversário de trinta e quatro anos do município, que será comemorado no próximo dia 3 de junho de 2022 (Prot. nº 02046/2022). Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o Regimento Interno, que sejam encaminhadas moções de congratulação pela conquista de medalhas no Campeonato Brasileiro de Atletismo Paralímpico, que ocorreu na cidade de São Paulo, no último dia 9 de maio, às seguintes pessoas: Jonatas Barbosa, pela conquista da medalha de bronze no lançamento de disco F35, com a marca de 30,99m (Prot. nº 02045/2022); Selma Vargas Ferreira, pela conquista da medalha de bronze nos 100m RR3, com o tempo de 25s44 (Prot. nº 02044/2022); Rosenei Herrera, pela conquista da medalha de ouro nos 100m RR3, com o tempo de 23s96 (Prot. nº 02043/2022); Jean Adriano Rodrigues, pela conquista da medalha de bronze nos 5.000m T37, com o tempo de 20min32s71 (Prot. nº 02051/2022); Jhonatan Bento Gamarra, pela conquista da medalha de bronze no arremesso de peso F35, com a

marca de 9,02m (Prot. nº 02050/2022); Selma Vargas Ferreira, pela conquista da medalha de ouro nos 200m RR3, com a marca de 47s42 (Prot. nº 02052/2022); Luan Roberto Souza, pela conquista da medalha de bronze nos 200m T38, com a marca de 28s74 (Prot. nº 02053/2022); Senhor Patryk da Silva, pela conquista da medalha de bronze nos 200m T38, com a marca de 28s74 (Prot. nº 02054/2022); senhora Nathalya Mendonça, pela conquista da medalha de bronze nos 100m T13, obtendo a marca de 14s41 (Prot. nº 02037/2022); Denner Turaça, pela conquista da medalha de prata no salto em distância T13, atingindo a marca de 5,89m e nos 400m T13, registrando o tempo de 53s32 (Prot. nº 02042/2022); Dalton Andrade, pela conquista da medalha de bronze nos 100m T11, obtendo a marca de 12s41 (Prot. nº 02041/2022); Edilson de Ávila Almeida, pela conquista da medalha de prata nos 1.500m T35, com o tempo de 5min40s31 (Prot. nº 02040/2022); Rosenilda Aoyama, pela conquista da medalha de ouro no arremesso de peso F63, atingindo a marca de 6,44m (Prot. nº 02038/2022); Flávia Silvério Torquato, pela conquista da medalha de prata nos 100m RR3, com o tempo de 24s08 (Prot. nº 02038/2022). Quatro indicações e um projeto de lei, de autoria do deputado Lucas de Lima. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Rudi Fiorese, solicitando a execução da Operação Tapa-Buraco na rua das Árvores, número 227, no bairro Bom Jardim (Prot. nº 02024/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Rudi Fiorese, e ao secretário municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, senhor Luís Eduardo Costa, solicitando a revitalização da praça e a instalação de uma academia ao ar livre na rua Nova Roma, no bairro Jardim Batistão (Prot. nº 02023/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Rudi Fiorese, solicitando a limpeza da calçada da Rua Alvilândia, em frente ao número 271, no bairro Jardim Batistão (Prot. nº 02022/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Rudi Fiorese, solicitando a ligação e o melhoramento da rede de esgoto já existente em todo o bairro Batistão (Prot. nº 02021/2022). Projeto de lei que cria o Programa Agente Jovem Ambiental (AJA), voltado para a inclusão social e ambiental de jovens em vulnerabilidade social (Prot. nº 02025/2022). Três indicações, de autoria do deputado Marcio Fernandes. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita municipal de Campo Grande, com cópia ao senhor Rudi Fiorese, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando o recapeamento da rua Nacional, na intersecção com a rua Rodoviária, no bairro Coronel Antonino (Prot. nº 02061/2022). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, observadas as disposições regimentais, que seja enviado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Reinaldo Azambuja Silva, com cópia ao

secretário de estado de Infraestrutura, senhor Renato Marcílio da Silva, e à secretária de estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, Elisa Cleia Pinheiro Rodrigues Nobre, solicitando a disponibilização de aparelhos de ar-condicionado, móveis e computadores para o Conselho Tutelar de Sonora (Prot. nº 02060/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita municipal de Campo Grande, com cópia ao senhor Rudi Fiorese, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando a execução da Operação Tapa-Buraco na rua Treze de Maio, entre os números 4.587 e 3.727, no bairro São Francisco (Prot. nº 02062/2022). Duas indicações e uma moção de congratulação, de autoria do deputado Neno Razuk. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, e ao secretário de estado de Saúde, senhor Flávio Brito, solicitando a convocação dos médicos remanescentes do concurso do Corpo de Bombeiros Militar (Prot. nº 02047/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar, senhor Jaime Elias Verruck, com cópia ao diretor-presidente da Energisa em Mato Grosso do Sul, senhor Marcelo Vinhaes, solicitando que o 'Projeto Ilumina Pantanal' seja estendido a todo o estado (Prot. nº 02049/2022). Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno, que seja enviada moção de congratulação aos policiais militares ambientais Marcio Pupo Neto, Maycon Cesar Rodrigues, Luiz Carlos Molina Azevedo e Amilton Garcia da Silva, pela ação realizada no acidente ocorrido na BR-163, sentido Caarapó, Juti, Km 181, no dia 15 de março de 2022 (Prot. nº 02048/2022). Três indicações, de autoria do Pedro Kemp. Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Maria Cecilia Amendola da Motta, secretária de estado de Educação, solicitando a aquisição de computadores para equipar o laboratório de tecnologia da Escola Estadual Tertulina Martins de Oliveira, em Itaquiraí (Prot. nº 02071/2022). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Maria Cecilia Amendola da Motta, secretária de estado de Educação, solicitando a manutenção do sistema hidráulico na Escola Estadual Professora Tertulina Martins de Oliveira, em Itaquiraí (Prot. nº 02069/2022). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Maria Cecilia Amendola da Motta, secretária de estado de Educação, solicitando a lotação de servidores para compor o quadro administrativo da Escola Estadual Professora Tertulina Martins de Oliveira, em Itaquiraí (Prot. nº 02070/2022). Um requerimento, de autoria do deputado Professor Rinaldo. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja disponibilizado o Plenário Júlio Maia para a realização de Solenidade em Alusão ao Jubileu de Fundação da Igreja Assembleia de Deus de Mato Grosso do Sul, a ser realizada no dia 11 de julho de 2022, às dezenove horas. Solicito, ainda, o cancelamento do pedido anterior, em que o evento ocorreria no dia 27 de junho (Prot. nº 02032/2022). Uma indicação, de autoria do deputado Zé Teixeira. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo

Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor João Eduardo Barbosa Rocha, solicitando a execução de obras de pavimentação asfáltica das rodovias estaduais MS-456 (estrada Piraporã/Frangosul) e MS-470 (estrada da Mata Sede), no município de Rio Brillhante (Prot. nº 02057/2022).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Está inscrito o deputado Paulo Duarte. Vossa Excelência disporá de cinco minutos.

DEPUTADO PAULO DUARTE (sem revisão do orador - MDB) — Senhor presidente, ontem eu falei com Vossa Excelência no evento realizado no Bioparque Pantanal sobre um assunto que envolve as futuras gerações do estado. Há uma denúncia, já comprovada, de que está sendo feito o plantio de soja no Pantanal. A visualização da plantação foi feita através de satélite na região de Aquidauana, inclusive há uma pequena lagoa por lá; e há outra área com plantio na região Coxim. Então, em Aquidauana existem duas áreas contíguas que juntas somam duzentos e oitenta e oito hectares, e em Coxim há uma área de trezentos e dezessete hectares. É pouco? Se considerarmos a imensidão do Pantanal, sim. Mas nós estamos falando de uma cultura importante para o estado. Quero destacar que não há manifestação contrária ao produtor rural, até porque há um crescimento significativo da área plantada em MS. Em 2018, nosso estado foi o único que aumentou sua área plantada. Mas ocorre que acharam uma região para plantar soja e eucalipto. Detalhe que nós temos a maior fábrica de celulose do mundo. Ontem eu conversei com o Marcelo Bertoni, da Famasul, com o Jaime Verruck; hoje de manhã conversei com o André, do Imasul, e estou fazendo essa manifestação pública para falar de um bioma absolutamente diferenciado e sensível: o Pantanal. Mato Grosso do Sul tem mais de oito milhões de hectares de terra degradada, propícia, inclusive, ao plantio de soja. Mas eu reforço que a questão sobre a qual estou falando aqui envolve as futuras gerações. O Pantanal sofre, hoje, — e eu sou nascido e criado na região do Pantanal, conheço o Pantanal do Nabileque, a Serra do Amolar, as regiões todas — com uma seca extrema. Alguns dizem que é ciclo; mas não é ciclo. No Pantanal ocorrem os ciclos de cheia e de seca. A questão é que há quase sete anos ocorre apenas ciclo de seca. Então, como aquelas áreas eram protegidas por serem alagáveis, e hoje não são mais por conta da seca, algumas pessoas têm a intenção de transformá-la em campo de plantação. Na verdade, querem transformar o Pantanal em mais uma fronteira agrícola. Ressalto que ninguém está contra produtor rural, que tem um papel importante na economia do estado. Mas nós temos que olhar para a história e para o pantaneiro. O Pantanal, há séculos, é cuidado pelo pantaneiro e pelos pecuaristas. A vocação do Pantanal é para a pecuária extensiva. Mas nós não podemos fingir que esse problema não está acontecendo. Outro detalhe: o governo tem feito a sua parte. O governo faz o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), o próprio ZEE não recomenda a instalação de empreendimentos e nem a realização de atividades que alterem a moldura do terreno, mas essa recomendação não está sendo seguida. Como sul-mato-grossense e como pantaneiro, quero evitar que aconteça com o Pantanal o que aconteceu com o rio Taquari. Na década de 1970 a agricultura desenfreada e descontrolada prejudicou muito o Taquari. Nós estamos discutindo aqui que o Pantanal não tem essa vocação, ele é extremamente sensível. Detalhe que o volume de água no Pantanal foi reduzido em quase 15% nos últimos anos. Para que os senhores

tenham uma ideia, nos tempos normais, no mês de junho, os rios do Pantanal estariam no pico da cheia. Inclusive, a Globo escolheu esse final de maio e início de junho para gravar a segunda fase da novela Pantanal, porque achou que o Pantanal estaria exuberante, com água para todo lado; mas ele está absolutamente seco. Claro que não existe um responsável por isso. Ninguém está querendo apontar culpados. Na verdade, há vários fatores a serem considerados: PCH na nascente do rio Paraguai, no Mato Grosso; a falta de cuidado com as nascentes dos nossos rios; a redução do volume de chuva, em razão do aquecimento global. Mas essa questão do plantio de soja é gravíssima. Precisamos debater o assunto. Eu vou repetir: são duzentos oitenta e oito hectares de áreas contíguas do Pantanal de Aquidauana, numa propriedade só; e trezentos e dezessete hectares em Coxim. Ainda é pouco. Por isso, precisamos agir agora. Vamos começar a discutir uma legislação que efetivamente proíba o plantio de soja no Pantanal, porque hoje há apenas uma recomendação, e recomendação não é imposição. Eu pretendo discutir com os setores que representam os produtores, como a Famasul, com o pessoal da área de meio ambiente do Ministério Público, com o governo do estado que tem se preocupado com a questão ambiental. O objetivo é fazer o que fizeram no Mato Grosso. Lá existe uma legislação que proíbe o plantio de soja no Pantanal. A nossa região sofre por falta de uma legislação específica. Quem anda pelo Pantanal sabe do que estamos falando. Quem atravessa a ponte do rio Paraguai, indo para Corumbá, e olha para o lado esquerdo, observa que por onde passava a balsa agora está seco. Aquela área era um canal, e nunca esteve seca. Não adianta taparmos os olhos, isso não é coisa de ONG, de ambientalista. Nós temos que observar o que está sendo feito no país, o que está sendo feito aqui em Mato Grosso do Sul, o que o governo tem feito com relação às restrições relativas à pesca... Ontem, eu estive num evento com o presidente da Casa, sobre as questões de caráter ambiental, crédito de carbono, compensação ambiental. Estou aqui justamente para que este assunto não seja varrido para baixo do tapete. "Ah, são duas propriedades apenas. Deixe quieto." Não! É assim que os desastres acontecem. Isso pode ser comparado a uma casa onde há cupins: quando o proprietário se dá conta do trabalho silencioso dos insetos, a casa já está destruída. Eu vou encaminhar as imagens feitas pelo satélite ao presidente da Famasul, ao governador do estado, ao secretário Jaime Verruck, ao André, do Imasul. Precisamos parar com essa história de que discussão de caráter ambiental é coisa de esquerda, de direita, de centro. Não. Questões ambientais têm a ver com o nosso futuro, deputado Pedro Kemp. Existe, sim, a possibilidade de harmônica entre o desenvolvimento econômico e a preservação da natureza. De vez em quando, eu ouço europeus e americanos falando do Pantanal. Essas pessoas não sabem diferenciar um mosquito de uma capivara, e ficam palpitando. É complicado. Aliás, os americanos e os europeus destroem tudo.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PAULO DUARTE (MDB) — Pois não.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Parabéns pelo pronunciamento! Eu me coloco à disposição de Vossa Excelência. Ontem, inclusive, eu estava ouvindo o noticiário sobre a questão ambiental, e alguém dizia que no universo há somente um Planeta Terra, pelo menos até agora. Portanto precisamos cuidar dele, ele é a nossa

casa. Cada pessoa deve começar cuidando do espaço onde vive. Nós vivemos na região do Pantanal, uma região privilegiadíssima, patrimônio do nosso país. E a informação que Vossa Excelência nos traz hoje é preocupante: o avanço do cultivo de soja na região pantaneira. Nós estamos acompanhando há alguns anos o problema da diminuição do volume de água no Pantanal. Nos últimos anos ocorreram muitas queimadas no Pantanal, isso não pode acontecer. Nós precisamos entregar para as futuras gerações um ambiente preservado. Vossa Excelência está propondo que façamos uma legislação mais específica com relação à proibição do plantio no Pantanal, acho isso importante. E que fique claro que ninguém está contra o produtor rural. Nada disso. A intenção é chamar a atenção de todos, inclusive de quem é do agronegócio. É possível produzir respeitando a natureza e o Zoneamento Ecológico-Econômico. Mas, como disse Vossa Excelência, recomendação a pessoa atende se quiser. Então, eu quero manifestar apoio a Vossa Excelência. Discutir o meio ambiente hoje é importante para o bem-estar das futuras gerações do nosso estado. Obrigado.

DEPUTADO PAULO DUARTE (MDB) — Obrigado, deputado Pedro Kemp. Ressaltando que ninguém está falando contra o produtor rural, que tem um papel importantíssimo no estado, no país. Hoje em dia, temos que ser muito claros quando falamos alguma coisa, porque há muita gente tentando distorcer as coisas por aí.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PAULO DUARTE (MDB) — Pois não.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Em partes eu concordo com Vossa Excelência. Mas com relação a essa quantidade de hectares plantados, acho que há um equívoco. A fazenda da Fundação Bradesco, em Miranda, que pertence à bacia do Pantanal, tem muito mais lavoura de soja do que isso que Vossa Excelência está falando de Coxim. Ontem me ofereceram uma fazenda da família Coelho, queriam que eu a comprasse. Nessa fazenda colocaram um vídeo da lavoura de soja. Miranda está no Pantanal. Então, eu vou lhe dizer uma coisa: é difícil comprar uma propriedade e usar só 20%, 50%, 80%, porque o preço que se paga é referente a 100%. Então, é complicado a pessoa comprar uma propriedade e depois aparecer alguém querendo, por meio de uma lei, impedi-la de trabalhar. É melhor o governo ficar com a propriedade. Sem renda não há como trabalhar, não há como tocar a pecuária, a agricultura, a suinocultura, a avicultura... Esses setores são o alicerce que sustenta este país. Vossa Excelência tem o cuidado de dizer que não é contra o agricultor, mas se o senhor for a fazenda próxima à Fundação Bradesco, verá que ali é uma planície que tem uma das melhores terras do Brasil, não é Pantanal, ela está no bioma do Pantanal, mas não é Pantanal. Quando se fala em Pantanal, em água, em seca, também há que se falar que no nordeste, em Pernambuco, em uma época desta estava morrendo centenas de pessoas por excesso de chuva. Então, a natureza nenhum de nós consegue controlar. Ninguém vai plantar soja no Pantanal, até porque onde alaga não há como plantar alguma coisa. Agora, há planície no Pantanal, em Miranda, em Aquidauana, em Dois Irmãos do Buriti... Se você for a Miranda, verá um

monte de armazéns, de secador para plantar soja. Então, acho importante a atenção de Vossa Excelência ao meio ambiente. Mas reforço que é difícil trabalhar em um país com uma lei igual à do canavial, que proibia o aumento do plantio de cana. Aí tem que fechar a usina.

DEPUTADO PAULO DUARTE (MDB) — Obrigado, deputado Zé Teixeira. Eu respeito a sua experiência, o seu conhecimento sobre o tema. Eu não falei de Miranda, eu trouxe como prova imagens de satélite de Aquidauana, que está na região do Pantanal. A proposta, deputados, ninguém é dono da verdade, é fazermos uma legislação que regule isso. O Zoneamento Ecológico-Econômico recomenda que não se plante soja no Pantanal. Precisamos de uma lei que regulamente isso, precisamos discutir o assunto com o setor. Para finalizar, Manoel de Barros, grande nome do Pantanal, já dizia: "A importância de uma coisa não se mede com fita métrica, nem com balança, nem com barômetro, mas sim pelo encantamento que ela produz em nós". Esse encantamento que o Pantanal produz em nós tem de permanecer. Nós precisamos urgentemente de uma legislação que regule o plantio de soja naquela região e vamos trabalhar nesse sentido. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço. Senhores, quero registrar a presença do senhor Marcus Mitsumori, coordenador do Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais de Campo Grande. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA...**

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Nós precisamos aprovar alguns projetos. O senhor poderia falar nas Explicações Pessoais? Eu deixo Vossa Excelência inscrito.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu vou atender à sua solicitação, vou abrir mão de falar no Grande Expediente, mas peço quinze minutos nas Explicações Pessoais.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Combinado. Vossa Excelência e o deputado Amarildo Cruz terão quinze minutos, nas Explicações Pessoais.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Agradeço.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Senhores, eu preciso fazer um acordo de lideranças muito importante. Ontem, eu e o deputado Paulo Duarte representamos a Casa em um evento com o governador Reinaldo Azambuja, e nós precisamos aprovar um projeto em regime de urgência. Eu vou ler a proposta. "Projeto de lei que ratifica o Protocolo de Intenções celebrado entre os estados: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima,

Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins, para a constituição do Consórcio Interestadual sobre o Clima - Consórcio Brasil Verde, com o objetivo de promover o enfrentamento dos efeitos adversos das mudanças climáticas no Brasil. Eu preciso fazer o acordo de lideranças, porque esse assunto faz parte do que será tratado na reunião que será realizada, a pedido do governador, na próxima sexta-feira; e não há como ele apenas assinar, a nossa Casa tem que referendar. Nós estamos na semana do meio ambiente, e temos que votar o projeto até quinta-feira. A retificação do Protocolo de Intenções deverá ser feita com os governadores dos estados envolvidos na questão do meio ambiente. Consulto o líder do Bloco G-10, deputado Londres Machado. Ausente. Consulto o deputado João Henrique. Ausente. Consulto o deputado Herculano Borges.

HERCULANO BORGES (Republicanos) — Estou de acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Posso colocá-lo como proponente?

HERCULANO BORGES (Republicanos) — Com certeza!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o líder do G-9, deputado Marcio Fernandes. Ausente. Consulto o vice-líder, deputado Neno Razuk.

NENO RAZUK (PL) — Estou de acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Posso colocá-lo como coautor?

NENO RAZUK (PL) — Com certeza!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o líder do PSDB, deputado Professor Rinaldo.

PROFESSOR RINALDO (PSDB) — Estou de acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Posso colocá-lo como coautor?

PROFESSOR RINALDO (PSDB) — Sim. Autorizado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto a líder do governo, deputada Mara Caseiro. Ausente. Consulto o deputado Paulo Duarte.

PAULO DUARTE (PT) — Estou de acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Posso colocá-lo como coautor?

PAULO DUARTE (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Eu preciso de mais coautores. Deputado Antonio Vaz, posso colocá-lo na lista?

ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Posso colocá-lo na lista, deputado Amarildo Cruz?

AMARILDO CRUZ (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o deputado Capitão Contar. Consulto o deputado Coronel David.

CORONEL DAVID (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o deputado Evander Vendramini. Consulto o deputado Jamilson Name.

JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o deputado Zé Teixeira.

ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o deputado Lucas de Lima, presidente da Comissão do Meio Ambiente.

LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o deputado Barbosinha.

BARBOSINHA (PP) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o deputado Pedro Kemp.

PEDRO KEMP (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço. Está devidamente registrado o Termo de Acordo de Lideranças. Portanto, o projeto será votado amanhã na CCJR e na quinta-feira o votamos em segunda discussão em Sessão Extraordinária.

GERSON CLARO (PP) — Pela ordem, presidente. Pode me colocar como um dos coautores.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Certo. Agradeço. Passemos ao segundo acordo de líderes a ser aprovado, com relação ao projeto de lei que dispõe sobre as diretrizes referentes à elaboração e execução da Lei Orçamentária 2023, e dá outras providências. A votação começa dia 8 de junho de 2022, na CCJR, e termina no dia 6 de julho, em votação da redação final, em Plenário; e depois o projeto será encaminhado para autógrafo, obedecendo ao que preconiza a lei. Consulto o deputado João Henrique, vice-líder do G-10.

JOÃO HENRIQUE (PL) — Estou de acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Posso colocá-lo como coautor?

JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o líder do Bloco G-9, deputado Marcio Fernandes. Ausente. Consulto o deputado Neno Razuk.

NENO RAZUK (PL) — Estou de acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Posso colocá-lo como coautor?

NENO RAZUK (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o deputado Professor Rinaldo.

PROFESSOR RINALDO (PSDB) — Estou de acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Posso colocá-lo como coautor?

PROFESSOR RINALDO (PSDB) — Autorizado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o líder do governo, deputado Paulo Duarte.

PAULO DUARTE (PT) — Estou de acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Posso colocá-lo como coautor?

PAULO DUARTE (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — deputado Pedro Kemp, posso colocá-lo como coautor?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) - Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Estou de acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Estou de acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Vou colocá-lo como coautor. Consulto o deputado Gerson Claro.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Estou de acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o deputado Jamilson Name.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Estou de acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Estou de acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o deputado Barbosinha.

DEPUTADO BARBOSINHA (PP) — Estou de acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Estou de acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado o acordo de lideranças. O projeto será enviado ao WhatsApp dos senhores. Agradeço a compreensão dos deputados Pedro Kemp e Amarildo Cruz. Passemos ao Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 059/2022. Autor: deputado Evander Vendramini. "Estabelece diretrizes destinadas à inclusão social de pessoas com nanismo no Estado de Mato Grosso do Sul". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição,



Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Lei nº 059/2022, de autoria do deputado Evander Vendramini.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Zé Teixeira (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Herculano Borges (Republicanos).

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Evander Vendramini, autor do projeto?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Felipe Orro?



DEPUTADO FELIPE ORRO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Jamilson Name? Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) - Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) - Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima? Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marcio Fernandes? Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Renato Câmara? Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (Herculano Borges - Republicanos) — São dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Retirado de pauta por motivos regimentais. Item 3. Retirado de pauta por questões regimentais. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 093/2022. Autor: Poder Judiciário. "Acrescenta parágrafos ao artigo 4º, da Lei nº 4.359, de 7 de junho de 2013". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Marçal Filho. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 093/2022, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Zé Teixeira (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Herculano Borges (Republicanos).

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Evander Vendramini? Como vota o deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Lídio Lopes?

DEPUTADO LÍDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima? Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marcio Fernandes? Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota, em tempo, o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Herculano Borges - Republicanos) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 5. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 194/2021. Autor: deputado Lucas de Lima. "Cria o 'Projeto Cultura-Cidadã' no Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por maioria, à emenda substitutiva integral, tendo como relator o deputado Marçal Filho. A Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia emitiu



parecer favorável, por maioria, à emenda substitutiva integral, tendo como relator o deputado Gerson Claro. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 194/2021, de autoria do deputado Lucas de Lima.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Zé Teixeira (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Herculano Borges (Republicanos).

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Capitão Contar? Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Evander Vendramini? Como vota o deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Jamilson Name?



DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Lucas de Lima, autor do projeto?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Agradeço a todos que votaram favoravelmente. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota a deputada Mara Caseiro? Como vota o deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota, em tempo, o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço. Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO — Senhor presidente, são dezesseis votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à redação final. Item 6. Em discussão única e votação simbólica: um requerimento, seis indicações e três moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 7. Moções de pesar. Moção de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento da senhora Ruth Martins. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. O primeiro inscrito é o deputado Amarildo Cruz. Vossa Excelência dispõe de quinze minutos, conforme combinado. Na sequência, ouviremos o deputado Pedro Kemp. Antes, quero informá-los que o deputado Evander Vendramini solicitou que o senhor Renato Silva Nasser, presidente do Conselho de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, use a tribuna. Senhores deputados, passo a presidência da sessão ao deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE (deputado Herculano Borges - Republicanos) - Com a palavra, o deputado Amarildo Cruz. Vossa Excelência dispõe de quinze minutos.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (sem revisão do orador - PT) - Senhor presidente, colegas deputados e todos que nos acompanham, bom dia! Inicialmente, quero fazer um comunicado. Eu e os deputados Pedro Kemp e Paulo Duarte assinamos uma representação contra o deputado João Henrique. Essa representação foi encaminhada ao corregedor, e nós queremos dar satisfações a quem nos pede informações, à imprensa, enfim. O corregedor da Casa, deputado Renato Câmara, encaminhou três representações. Aquela que nós apresentamos contra o deputado João Henrique foi encaminhada ao deputado Coronel David; aquela que foi apresentada pelo Partido Comunista do Brasil, que também foi contra o deputado João Henrique, foi encaminhada ao deputado Coronel David. E a representação que foi apresentada contra o deputado Pedro Kemp foi avocada pelo deputado Barbosinha, presidente da Comissão de Ética. E as manifestações acerca desses processos têm quarenta e cinco dias para serem concluídas. Então, eu quero apenas lhes passar a informação de que o processo continua tramitando. Senhores, não é correto que esta Casa passe por cima e não discuta com mais profundidade a atitude do deputado, que participava de uma sessão de modo virtual, e, ao emitir o seu voto, descarregou um revólver contra um alvo em um estande de tiro. Isso é motivo de explicação. Também é motivo de explicação o que havia naquele alvo, para o deputado ter descarregado com tanto furor aquela arma. Mas, enfim, isso faz parte do processo, o caso será apurado. Ademais, presidente, o que me traz à tribuna é o projeto de lei, que apresentei esta manhã, que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de

informações relativas a promoções ou a patrocínios de eventos artísticos, culturais e esportivos com recursos públicos. Nós queremos que o recurso público — se for usado para patrocinar qualquer evento cultural ou esportivo — seja destinado com informações explícitas, sobretudo à comunidade que for sediar o evento. Eu vi no noticiário um evento que deve acontecer em Jateí, cidade que tem em torno de quatro mil habitantes. Eles vão gastar seiscentos e vinte e cinco mil reais num show sertanejo. Mas não é o sertanejo que está em discussão, o que está em discussão são os valores e as prioridades dos municípios. Se for o caso, temos que fazer até um plebiscito para discutirmos o assunto. Será que população de Jateí, que vai gastar em torno de cento e cinquenta e cinco reais por cidadão, concorda com esse gasto? Um show tem uma duração média de duas horas; depois a população tem de lutar o ano inteiro contra os problemas de saúde, de educação, de segurança, de transporte... Será que essa discussão não precisa ser feita com a comunidade? Até a que ponto isso é prioridade? Eu sou favorável à cultura. Acho, inclusive, que o Estado tem o dever de fomentar políticas voltadas para a cultura. Mas existem limites para as coisas. Esses shows se tornaram uma fonte de renda e uma indústria. Os escândalos, que ocorrem em nível nacional, todo mundo está vendendo nas mídias. Alguns cantores são donos de frigoríficos, de avião, de helicóptero, de frota de carros... Esses shows se transformaram em uma máquina comercial. Muitas vezes, inclusive, em determinados casos, o conteúdo artístico, cultural, musical, é de qualidade duvidosa. Eu estou falando sobre a mensagem passada, sobre o que se questiona, sobre o que é acrescentado à cultura. A gente precisa colocar um freio nisso, deputado Pedro Kemp. A população sul-mato-grossense tem o direito de saber quanto está sendo gasto. O nosso objetivo é aumentar a transparência e incentivar o controle social.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Pois não.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Quero parabenizar Vossa Excelência pela iniciativa. Realmente, precisamos dar resposta à população sobre este assunto, que está sendo debatido, hoje, no âmbito nacional. Inclusive, está para ser instaurada no Congresso Nacional a CPI dos Sertanejos. Eu tenho recebido mensagens e ligações de artistas aqui da nossa terra, que são do Fórum Estadual de Cultura; e eles reclamam justamente da falta de transparência na destinação de recursos e da falta de oportunidade aos artistas locais. Muitas vezes, a prefeitura de um município pequeno contrata uma dupla famosa, de fora, para fazer um grande show, e acaba gastando valores que não poderia gastar. Há problemas na área da saúde, as pessoas que utilizam o SUS reclamam das filas de cirurgias eletivas. E quando chega o aniversário da cidade, a prefeitura gasta milhares, ou milhões de reais na realização de shows. Isso não é prioridade. Precisamos incentivar a cultura? Sim. Mas podemos valorizar os artistas da terra. Há como fazer shows investindo valores menores. Somente isto. Conte com o nosso apoio, deputado!

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Obrigado, deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Só um minuto. Deputado Pedro Kemp, nós precisamos realmente, dar informações à sociedade. Vossa Excelência, em um aparte, falou sobre algo importante. Vários segmentos que produzem cultura, arte e música em nosso estado reivindicam mais democracia na distribuição de verbas públicas. Não dá para concentrar 90% dos recursos públicos em apenas um segmento. E quem gosta de samba? E quem gosta de pagode? "Quem gosta de samba é bom sujeito; quem não gosta de samba bom sujeito não é!" E os que gostam de música gospel, de música clássica, de rock? Todo mundo tem direito. Nós temos que democratizar esse processo? Sim. Mas temos que frear isso que vem acontecendo nos municípios. O estado tem outras necessidades. Essa discussão precisa ser ampliada. Eu quero registrar que o governo já empenhou, apenas este ano de 2022, 6,1 milhões de reais para pagamento de show de músicos sertanejos. Eu não estou contra A, B ou C, estou dizendo que precisamos colocar freios nesse processo de contratação de shows. Caso contrário, no final do ano, quando pegarmos o resultado da execução orçamentária do estado, veremos que estamos gastando mais com shows do que com saúde, com educação, com tantas outras prioridades. Nos últimos anos, os gastos com esse tipo de evento vêm aumentando significativamente, e nós precisamos frear esse tipo de gasto, sobretudo com produções de qualidade duvidosa. O estado tem que fomentar a cultura, tem que gastar, mas não essa quantidade de dinheiro. A forma como os investimentos vêm sendo feitos não é democrática, porque não envolve outros setores. Eu não sei quem foi que pediu aparte. Concedo um aparte ao deputado Gerson Claro.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Eu procuro manter um equilíbrio e não me pautar nos debates inflamados pelas redes sociais. Eu já debati sobre investimentos públicos em show gospel, carnaval, festa da Igreja Católica, sertanejo, pagode... O Raça Negra vai tocar em Sidrolândia daqui a uma semana. Agora, quando o limite orçamentário é ultrapassado, a discussão tem que ser feita. Ao calcular a despesa pública, o gestor tem de obedecer aos princípios legais e ao orçamento. Quando Vossa Excelência diz que o governo vai gastar seis milhões de reais, é estranho, até porque o orçamento do estado ultrapassa os dezoito bilhões de reais. E quantos por cento nós teríamos a obrigação de gastar com cultura? Eu não posso afirmar que Jataí esteja gastando seiscentos mil reais. Jateí realiza a maior festa da fogueira que eu conheço; e a festa não é feita apenas para os quatro mil habitantes da cidade, é feita para trinta municípios, e ultrapassa os limites da região de Dourados; é uma festa tradicional, e o município de Jateí certamente tem uma receita maior do que a de muitos municípios com mais de trinta mil habitantes. Então, essa discussão tem que ser compatibilizada com o princípio da legalidade, ou a despesa é legal ou não é. Não sou que vou dizer que o município tem que fazer show sertanejo, axé, rock, porque eu gosto mais de um segmento... Esse tipo de decisão é discricionária.

PRESIDENTE (deputado Herculano Borges - Republicanos) — deputado Amarildo, o seu tempo se esgotou. Peço que Vossa Excelência conclua.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Eu estava aguardando o deputado encerrar o aparte dele. A Mesa sempre foi tolerante com todos...

PRESIDENTE (deputado Herculano Borges - Republicanos) - Houve tolerância. O seu tempo já se esgotou. Vossa Excelência tem mais um minuto para concluir.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Vou concluir. Mas não posso deixar de responder ao deputado Gerson Claro. Ainda bem que desde o início eu falei que a questão não é o investimento; acho que o estado tem que investir. Agora, não é porque o estado tem um orçamento muito maior do que o que está gastando que ele tem que gastar sem critérios. É verdade que o estado investe em outros setores, mas quanto se investe em cada um deles? Esta discussão é para que o estado gaste com mais qualidade, democraticamente. O estado não pode gastar 90% dos recursos destinados à cultura com apenas um segmento. Essa questão merece um tratamento diferenciado por parte do governo. E eu não vou deixar de discutir sobre a importância de se gastar com coisas essenciais. Eu vou dizer uma coisa, seis milhões de reais pode ser pouco, perto do que a prefeitura arrecada, perto do que o Estado arrecada, mas seria um valor significativo se fosse destinado para atender às demandas de um município carente e pequeno como Jateí, por exemplo. Então, precisamos nos aprofundar na discussão relacionada à qualidade dos gastos públicos. Nós vamos continuar batendo nesta tecla. Logo, logo faremos um debate mais aprofundado sobre este assunto. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Herculano Borges - Republicanos) — Obrigado, deputado Amarildo Cruz. O próximo inscrito é o deputado Pedro Kemp. Conforme combinado com o presidente Paulo Corrêa, Vossa Excelência disporá de quinze minutos. Depois, ouviremos o senhor Renato Silva Nascir, do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Os nossos convidados da fisioterapia e da terapia ocupacional estão aguardando o pronunciamento dele.

DEPUTADO PEDRO KEMP (sem revisão do orador - PT) — Senhor presidente, senhores deputados, mais uma vez o Brasil aparece de maneira negativa nas manchetes dos jornais do mundo inteiro. O assunto da vez é o desaparecimento de dois senhores: um é indigenista e funcionário da Funai; o outro é um jornalista inglês. Pois bem, o desaparecimento dessas pessoas traz à tona a situação lastimável relativa à proteção ao meio ambiente, aos povos indígenas, às comunidades tradicionais, aos povos que vivem nas florestas. Começo lamentando essa situação para fazer um registro sobre o 'Dia Mundial do Meio Ambiente', que foi comemorado no último domingo, dia 6 de junho. O Dia Mundial do Meio Ambiente foi instituído em 1972, na cidade de Estocolmo, na Suécia, durante a 'Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente'. A partir de então, a data passou a ser comemorada em todo o mundo, tendo como objetivo principal chamar a atenção de todas as esferas sociais para os problemas ambientais e para a importância de se preservar os recursos naturais, que até então eram considerados, por muitos, inesgotáveis. As pessoas pensavam que os recursos naturais podiam ser utilizados, explorados, transformados e que a natureza era uma fonte inesgotável de recursos. Agora a humanidade descobriu

que isso não é verdade e que ela pode destruir o meio ambiente e isso pode acarretar consequências irreversíveis, como por exemplo a extinção de espécies da flora e da fauna, como o assoreamento de rios e mudanças climáticas. As pessoas estão percebendo que se nós não cuidarmos do nosso planeta, do meio ambiente, poderemos ter sérios problemas no futuro, inclusive relacionados à preservação da própria espécie humana. A partir da Conferência de Estocolmo, iniciou-se uma mudança no modo como os países viam e tratavam das questões ambientais, e foram estabelecidos os princípios para orientação da política ambiental em todo o planeta. No entanto, apesar dos avanços alcançados a partir da conferência, podemos afirmar, sem medo de errar, que a questão ambiental é, hoje, mais do que nunca, uma preocupação que deve ser considerada prioritária e urgente. Esta pauta tem de estar na ordem do dia em todos os momentos, em todos os países. O mundo está sofrendo graves mudanças climáticas, aquecimento global, desmatamento e a escassez de água potável. Uma amiga minha, voluntária do 'Fraternidade sem Fronteiras', chegou horrorizada da África, por conta da escassez de água potável. Em determinadas regiões africanas, as pessoas têm de caminhar quilômetros para pegar um balde de água para limpar as coisas, para cozinhar e para beber. Ademais, há outros problemas que merecem atenção: falta de água potável, poluição do ar, poluição das águas, queimadas, uso indiscriminado de agrotóxicos, a extinção de espécies da fauna e da flora, a poluição dos oceanos, entre outros. Atualmente, existe uma grande preocupação relativa aos impactos negativos da ação do homem sobre o meio ambiente. A constante destruição de habitats e a poluição de grandes áreas são alguns dos pontos que exercem maior influência na sobrevivência das diversas espécies. Tendo em vista o acentuado crescimento dos problemas ambientais, muitos pontos precisam ser revistos tanto pelos governantes quanto pela população, a fim de que os impactos sejam diminuídos. Se nada for feito, o consumo exagerado dos recursos e a perda constante de biodiversidade poderão alterar consideravelmente o modo como vivemos atualmente, comprometendo inclusive a nossa sobrevivência. Nós sempre falamos da importância da educação ambiental, que cada um tem que fazer a sua parte, separar o lixo, economizar água, não promover queimadas; sempre falamos da importância do uso correto e moderado dos recursos naturais. Tudo isso é muito importante, mas não basta. Esses e outros problemas poderiam ser evitados por meio de uma legislação ambiental séria. Eu digo que não basta criarmos uma lei, é preciso fazer com que ela seja cumprida. Além disso, é necessário criar políticas públicas voltadas para a preservação ambiental e fortalecer os órgãos responsáveis. O Brasil, nos últimos anos, só andou para trás na questão ambiental. Isso é uma lástima. Eu diria que o que está acontecendo no Brasil é um crime. Com Bolsonaro, a política ambiental chegou ao fundo do poço. A forma com que este governo trata das questões ambientais é uma vergonha internacional. Todos os dias vemos na televisão matérias sobre desmatamento, queimadas; matérias sobre garimpeiros abrindo clareiras em áreas na Amazônia, poluindo rios — e nada é feito. O governo, inclusive, vem enfraquecendo os órgãos de proteção e de fiscalização ambiental. Em janeiro de 2019, quando o Bolsonaro tomou posse, começou a colocar em prática uma política de anistia aos criminosos ambientais. Desta anistia resultaram recordes de desmatamento na Amazônia e no Cerrado. Em fevereiro deste ano, o desmatamento na Amazônia disparou, aumentou em 30%. Esse foi o pior índice da década. Nunca é demais lembrar que o ex-ministro do meio ambiente Ricardo Salles

disse que o governo deveria aproveitar a pandemia da Covid para "deixar a boiada passar." Na verdade, ele queria flexibilizar a legislação para liberar licenças ambientais, para permitir que produtores — como o deputado Paulo Duarte estava dizendo — pudessem plantar no Pantanal soja, cana; para que produtores pudessem desmatar a Amazônia para criar gado, enfim, essa é a lógica, a política deste governo. Esse ministro Ricardo Salles, que propôs deixar a boiada passar, tempos depois teve que renunciar ao cargo, acusado de envolvimento em um esquema de tráfico internacional de madeira. Nunca existiu uma pasta de Meio Ambiente cuja missão fosse destruir a própria pasta. Nunca houve no Brasil um ministro de meio ambiente com o objetivo de destruir o meio ambiente ao invés de estabelecer políticas de preservação — esse é o ponto a que chegamos no Brasil. Ontem, assistindo ao noticiário, chegou a doer meu coração quando vi as imagens do garimpo ilegal na Amazônia. Um absurdo! Um crime! Um descalabro! Grandes áreas estão sendo devastadas. E, além disso, já foi constatada a contaminação dos rios com mercúrio, metal pesado, em terras Yanomami. Inclusive, um ambientalista denunciou que o mercúrio está descendo e vai chegar a importantes cidades abastecidas pelos rios. Pesquisem sobre o que a ingestão de mercúrio pode causar no organismo do ser humano! Agora, eu lhes pergunto: o que será das comunidades indígenas, dos povos tradicionais, dos povos da floresta, que vivem desses rios contaminados? Os índios estão há séculos naquelas regiões, e hoje estão à mercê dos garimpeiros, dos madeireiros e de outros que vão para lá. A terra, hoje, está sem lei e sem fiscalização. A Amazônia está se tornando um antro de bandidos, de exploradores de madeira, de garimpeiros, e não há fiscalização. O procurador-geral da República, a meu ver, já deveria ter sido afastado, porque não cumpre com as obrigações. A Polícia Federal ficou batendo cabeça quando foi falado sobre o desaparecimento do jornalista e do servidor da Funai ligados à proteção do meio ambiente. "Ah, vamos investigar! Estamos investigando!" E nada foi feito, na verdade. Por que não se coloca o Exército para cuidar da Amazônia? Ao invés disso, o governo fica brincando de dar golpe de estado, querendo utilizar o Exército brasileiro para ameaçar a nossa democracia. A função do Exército deveria ser defender a Amazônia, o Pantanal, o Cerrado, o nosso território. Foi triste ver os rios contaminados por mercúrio e o povo Yanomami sofrendo por conta das invasões constantes. É um absurdo. E para agravar ainda mais a situação, saiu a notícia do desaparecimento, como eu disse, do jornalista Britânico Dom Philips e do servidor da Funai Bruno Araújo Pereira, quando se deslocavam de barco pelo rio Itaguaí após uma visita à terra indígena do Vale do Javari, na Amazônia. Esse território vem sofrendo invasões de caçadores, pescadores, madeireiros e garimpeiros. É muito triste o que está acontecendo no País. Pois bem, por outro lado, com relação ao Pantanal, deputado Evander Vendramini, deputado Paulo Duarte, ontem vimos uma reportagem sobre a instalação de câmeras que vão monitorar os focos de incêndio. A época da seca está chegando. Ano passado 23% do Pantanal foi devastado pelo fogo. Nós não podemos mais permitir isso. A meu ver, a instalação de câmeras na região foi uma importante medida adotada pelo governo. Essas câmeras conseguem monitorar uma distância bastante grande e identificar focos de incêndio. Como o período crítico de seca está chegando, é importante que o estado, por meio do Ibama, do Imasul, da Polícia Florestal, realize ações preventivas e de monitoramento a fim de identificar em tempo hábil focos de incêndio. Ações dessa natureza podem impedir que aconteça novamente o que aconteceu ano passado:

perdemos grandes áreas para o fogo. Agora, o Pantanal vai demorar bastante tempo para se recuperar. Nós precisamos utilizar toda tecnologia, toda logística, toda inteligência, para, juntos, cuidarmos desse patrimônio do País. Como o deputado Paulo Duarte disse, o Pantanal é uma região muito cara para Mato Grosso do Sul, para o País e para o mundo. O mundo vem conhecer e se encantar com as belezas do Pantanal...

PRESIDENTE (deputado Herculano Borges - Republicanos) — deputado Pedro Kemp, o seu tempo já se esgotou.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para encerrar, quero dizer que defender o meio ambiente não é somente defender o direito à contemplação daquilo que a criação tem de mais bonito e exuberante, é defender a vida. Nós, seres humanos, vivemos dentro de um ecossistema que funciona de forma integrada, e só teremos qualidade de vida e futuras gerações, se preservarmos, hoje, o que é de todos. Concluo citando um ensinamento das comunidades indígenas, que diz: "Nós tomamos emprestado a natureza, e temos de devolvê-la aos nossos filhos, aos nossos netos!". Ninguém é dono da natureza, ela é de todos. Nós tomamos emprestado a natureza, e temos o dever de protegê-la e devolvê-la intacta às futuras gerações. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (Herculano Borges - Republicanos) - Obrigado, deputado Pedro Kemp. Convido para usar a tribuna o senhor Renato Silva Nacer, do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 13ª Região. Peço que o pessoal do Cerimonial o conduza à tribuna. O senhor disporá de quinze minutos para discursar sobre o Projeto de Lei nº 102/2022, que dispõe sobre a permanência e obrigatoriedade do profissional de fisioterapia nas Unidades de Terapia Intensiva Neonatal, Pediátrica e Adulta no Estado de Mato Grosso do Sul. Na sequência, terá a palavra o deputado Barbosinha, também inscrito nas Explicações Pessoais.

SENHOR RENATO SILVA NACER (presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 13ª Região - Crefito 13) — deputado Herculano Borges, ao cumprimentar Vossa Excelência, estendo meus cumprimentos aos seus pares, nossos representantes nesta Casa. Bom dia a todos, em especial aos fisioterapeutas e aos estudantes de fisioterapia que se fazem presentes! Agradeço ao deputado Barbosinha a gentileza de me permitir falar antes dele. Eu estou representando aproximadamente quatro mil fisioterapeutas, mais de oitocentos estudantes e, sobretudo, a população sul-mato-grossense, que necessita de cuidados fisioterapêuticos nas Unidades de Terapia Intensiva. Eu gostaria de iniciar minha fala remetendo-me a um conceito bastante complexo postulado em 1905 por Albert Einstein, que, de maneira brilhante, simplificou a sua teoria da relatividade, fazendo uma analogia à nossa percepção do tempo, e o tempo é o que vamos discutir aqui hoje. O tempo é relativo, e a nossa percepção de sua passagem depende muito do contexto em que estamos inseridos. Eu gostaria de lhes propor uma reflexão, um exercício. Visualizem uma criança, entre cinco e dez anos de idade, que está internada há sete dias na UTI. Ontem, no final da tarde e início da noite, essa criança começou a despertar. Essa criança está há sete dias em ventilação mecânica, sedada? A

sedação, muitas vezes, é tratada na mídia como coma induzido; e a ventilação mecânica é tratada como respiração com a ajuda de aparelhos. Então, imaginem que essa criança começou a despertar ontem no final da tarde. Um dos primeiros profissionais que entra em contato com essa criança é o fisioterapeuta; é o fisioterapeuta que vai acalmá-la porque ela está acordando da sedação e não sabe o que está acontecendo, até porque ela tem um tubo na boca, um aparelho lhe ajudando a respirar. É o fisioterapeuta que vai conduzir o processo que nós chamamos de desmame da ventilação mecânica. Esse processo é a transição da respiração artificial para a respiração espontânea. É o fisioterapeuta que vai fazer a retirada do tubo da boca da criança, para que ela consiga respirar espontaneamente; e também é o fisioterapeuta que vai permanecer ao lado da criança após a extubação, para que ela fique confortável e para que não ocorra intercorrências. O problema, senhoras e senhores, é que, hoje, a Resolução nº 7, da Diretoria Colegiada da Anvisa, prevê a obrigatoriedade da permanência de fisioterapeuta por apenas dezoito horas nas UTIs Adultas e Pediátricas. Esse processo de desmame da ventilação mecânica é demorado e obviamente depende das condições clínicas do paciente. Mesmo que haja critérios para extubar a criança, ela não será extubada no período da noite, porque não haverá fisioterapeuta para acompanhá-la. Agora, se houvesse fisioterapeutas em todas as UTIs durante vinte e quatro horas, a criança poderia ser extubada de dia ou de noite; ela pode ficar em observação e na manhã seguinte poderia ir para o quarto, com seus familiares. Mas isso não vai acontecer porque o fisioterapeuta não fica vinte e quatro horas na UTI. Por conta disso, na manhã seguinte, o fisioterapeuta vai ter que começar todo o processo. Sabem por quê? Porque no período da noite, para que a criança ficasse estável e não se agitasse, o médico teve que sedá-la. Apenas por sorte a criança será extubada no início da tarde e receberá alta da UTI no final da tarde. Agora, convido-lhes a fazer outra reflexão. Imaginem que essa criança seja seu filho, sua filha, seu neto ou sua neta! E então lhes pergunto: o tempo que essa criança vai permanecer, sem necessidade, na UTI não lhes parece maior do que o tempo necessário? A percepção do tempo que vocês terão com relação à permanência dessa criança na UTI não lhes parecerá maior do que realmente é? A criança naquela condição não vai perceber que o tempo lhe parece mais longo do que ele realmente é? Eu solicitei que os senhores fizessem esse exercício com a intenção de sensibilizá-los quanto à importância da presença do fisioterapeuta nas UTIs. Dois pontos talvez sejam colocados por alguns dos senhores como talvez entraves na possível aprovação desse projeto de lei. Um, seria a possível inconstitucionalidade, tendo em vista que o projeto parte do Legislativo; sendo assim há um vício de iniciativa. Porém, existem leis com o mesmo teor deste projeto em outros cinco estados: Amazonas, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Piauí. No Rio Grande do Norte e Piauí, o projeto partiu do Legislativo, e já virou lei. Então, não há vício de iniciativa, uma vez que projeto de lei com o mesmo já foi aprovado em outros estados. Outro ponto é o impacto financeiro. E eu gostaria de que nós analisássemos o impacto financeiro de duas maneiras. O impacto financeiro imediato, ou seja, os custos iniciais para implementação da lei; e o custo efetividade, ao longo do tempo, para que esse projeto seja viabilizado. Estou falando da necessidade de uma análise pormenorizada dos custos e do impacto, não somente financeiro, mas clínico e social desse projeto ao longo do tempo. Nesse sentido, existem vários estudos, várias evidências científicas robustas que mostram que, quando o fisioterapeuta permanece nas UTIs por vinte e

quatro horas reduz o tempo de internação dos pacientes, reduz o tempo que os pacientes permanecem em ventilação mecânica, reduz também a quantidade de ocorrência de pneumonia associada à ventilação mecânica, e, consequentemente, reduz os custos hospitalares, de maneira significativa. Quando analisamos o custo-efetividade, temos que levar em consideração todo o contexto, ao longo do tempo. Eu gostaria de lembrá-los de que boa parte das despesas do governo com as UTIs está relacionada à medicação e a leitos hospitalares nos hospitais privados. Se ocorre a redução do tempo de permanência dos pacientes na UTI e da decorrência de pneumonia associada à ventilação mecânica, ocorre também a redução dos gastos com medicamentos. Se existe uma redução do tempo de permanência dos pacientes na UTI, há uma maior rotatividade dos leitos, o que faz com que o governo não necessite de comprar tantos leitos na rede privada. Só para você terem uma ideia, um leito nas unidades hospitalares privadas custa em torno de mil e quinhentos reais, por dia. Então, a análise do custo-efetividade depende do tempo e causa um impacto muito grande, e não somente financeiro. Agora, com relação às questões imediatas, aos custos iniciais, o Departamento de Fiscalização do Crefito-13 fez um levantamento com os responsáveis técnicos dos hospitais regionais de Mato Grosso do Sul, localizados em Campo Grande, Amambai e Ponta Porã, e verificou que em Ponta Porã já existe o serviço de fisioterapia vinte e quatro horas; em Amambai seriam necessários mais dois fisioterapeutas para adequação da escala, para que haja serviço de fisioterapia vinte e quatro horas; e aqui em Campo Grande seria necessário contratar mais dez fisioterapeutas. No dia 7 de abril deste ano, o governo publicou o Decreto nº 15.919, que prevê e autoriza a abertura de concurso público para a contratação de profissionais de serviços hospitalares, inclusive de quinze fisioterapeutas. Hoje, para implementação deste projeto seriam necessários doze fisioterapeutas. Então, é importante destacar que não há nenhum problema do ponto de vista financeiro e que é inequívoca a possibilidade de aprovação deste projeto, que não vai onerar o governo. Se o problema é o impacto financeiro, esse problema não existe. Então, a minha fala é no sentido de solicitar que os senhores olhem para este projeto com carinho, que imaginem um familiar dos senhores dentro de uma UTI, familiar esse que vai precisar de fisioterapeuta por vinte e quatro horas. E também gostaria de lembrar que o papel do conselho é fiscalizar o exercício profissional, com o objetivo de proteger a população. Então, o Crefito-13 está aqui com o objetivo de sensibilizá-los, de pedir o apoio dos senhores com relação à aprovação deste projeto e também pedir ao governador que olhe para esta causa e entenda a necessidade da aprovação deste projeto. Somente isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Herculano Borges - Republicanos) — Nós agradecemos ao nosso convidado senhor Renato Silva Nacer por nos explicar este projeto tão importante, pertinente e necessário. Espero que consigamos avançar na discussão desta demanda. Agora sabemos da importância da presença do fisioterapeuta nas UTIs para as pessoas que precisam deste tipo de atendimento. A gente que já passou pela situação de ter um familiar internado em UTI sabe que de fato há muitas pessoas que precisam do atendimento do fisioterapeuta. Então, obrigado pelas palavras! Obrigado aos nossos convidados profissionais da fisioterapia e da terapia ocupacional e aos acadêmicos que participam da sessão. Neste

momento, com a palavra, o deputado Barbosinha. Vossa Excelência disporá de dez minutos.

DEPUTADO BARBOSINHA (sem revisão do orador - PP) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, colegas parlamentares, amigas e amigos que nos acompanham pela TV e Rádio Assembleia e pelas redes sociais! Inicialmente, parabenizo o Renato pela manifestação acerca da fisioterapia, tão importante na recuperação, na reabilitação e na qualidade de vida dos pacientes. Ademais, presidente, quero falar sobre o evento ocorrido no sábado na aldeia Jaguapiru, onde a nação Kaiowá junto com os terenas e bororós celebraram os cento e vinte anos da criação da aldeia de Dourados. Pela primeira vez, a bandeira representativa da etnia Kaiowá foi hasteada ali na reserva e muito celebrada pelo cacique tradicional kaiowá Getúlio Oliveira, acompanhado pelo cacique Guarani Casalino Aquino, pela liderança terena cacique Edio Felipe Valério, pelo capitão Ramão Fernandes, da aldeia Jaguapiru, pelo capitão Rinaldo Arevalo, da aldeia Bororó, pela dona Alda, esposa do cacique Getúlio de Oliveira. Na ocasião, diversas autoridades indígenas celebraram aquele momento tão marcante de entrega do documento que legitima aquela área como tekoha como território daquelas tribos indígenas. O evento foi marcado por muita alegria, mas é importante destacar os diversos problemas existentes na aldeia de Dourados. Mesmo com cento e vinte anos de existência, a aldeia lida com problemas de conservação das estradas e com alagamentos, porque lagoas se formam ao longo do trecho que homens, mulheres e crianças precisam atravessar para ir à escola, por exemplo. Nós estamos, portanto, reivindicando ao governo do estado e à Prefeitura de Dourados a recuperação das vias existentes dentro da aldeia. Vale lembrar que iniciaram-se obras de pavimentação asfáltica no anel rodoviário do norte de Dourados, e esse asfalto vai até o hospital da nação Kaiowá, mas os indígenas das aldeias Jaguapiru e Bororó querem que o asfalto corte toda extensão da aldeia. Isso significa aproximadamente, deputado Herculano Borges, treze quilômetros. Dessa forma, a estrada fica asfaltada do anel rodoviário à região de Ponta Porã. Além disso, os representantes da aldeia solicitam a construção de uma Escola Municipal de Educação Infantil (Emei), de uma creche, para que as crianças possam ter um lugar para ficar, porque as mulheres querem trabalhar. O governador Reinaldo Azambuja fez o compromisso de construir uma escola de período integral na aldeia Bororó. Isso já foi, inclusive, remetido ao Ministério da Educação. Outra coisa que eu quero ressaltar, e pisme-se, deputado Pedro Kemp, Vossa Excelência que tem profunda vinculação com a causa indígena, cento e vinte anos depois da tekoha Dourados, da Jaguapiru, da Bororó, que convivem harmoniosamente com as diversas etnias, Guarani Kaiowá, Terena, ainda convivem com problemas gravíssimos relacionados à falta de água. A falta de água na comunidade indígena é ingente, deputado Herculano Borges. Nós fizemos, deputado Pedro Kemp, uma reunião na Sanesul com a Sesai. Na ocasião, estavam presentes o Luiz Antonio, coordenador da Sesai, o Elísio, responsável pelo Setor de Saneamento, e o Fernando, subsecretário de políticas públicas para a população indígena. Mas essa reunião ocorreu há uns cinco meses, e não conseguimos avançar, e a comunidade indígena permanece sem água. Precisamos tomar providência. Não adianta apenas discutir, falar da necessidade de asfalto, de encascalhamento das vias, da construção de Emeis... Eu penso, deputado Pedro Kemp, que precisamos começar a pensar na construção de uma vila indígena na

aldeia de Dourados; porque a população está crescendo, e o espaço da produção está sendo ocupado pelas casas. Óbvio que isso precisa ser validado pela comunidade indígena. Eu tenho conversado bastante com eles sobre a possibilidade de construirmos dentro das reservas Jaguapiru e Bororó vilas indígenas, com saneamento, energia, com toda a estrutura necessária, para que o espaço da terra fique reservado para a produção. Mas não adianta discutir isso, se a aldeia não tem o básico, se não tem água. Eu estou invocando a presença do Ministério Público Federal, porque o caso da aldeia de Dourados já se esgotou na esfera administrativa. Porquanto não é a segunda, nem a terceira, nem a quarta vez que eu venho à tribuna desta Casa para clamar pela resolução do problema de falta de água na nossa aldeia. Com esse calor imenso, as pessoas têm de buscar água, sem nenhuma potabilidade, em locais distantes. E como vamos discutir saúde indígena, se eles não têm o fundamental, que é a água? Mas, para encerrar, quero voltar ao ponto culminante da celebração, que foi os cento e vinte anos da aldeia em Dourados. O evento foi marcado pelo hasteamento da bandeira da etnia Kaiowá, que foi desenhada pelos próprios indígenas. Quero registrar que Exército participou da celebração. Os indígenas manifestaram grande alegria por meio da dança, da reza, dos costumes e das tradições indígenas. Antes de lhe devolver a palavra, deputado Herculano Borges, quero dizer que voltarei em outra oportunidade para falar do extraordinário trabalho desenvolvido pelo Hospital da Missão Kaowá, Hospital Porta da Esperança, comandado pelo reverendo Benjamim. Há décadas o reverendo vem realizando junto com o presidente do Conselho Diretor um grande trabalho na área de saúde. Inclusive, recentemente, eu entreguei a eles mais uma emenda para a aquisição de equipamentos importantes para o Hospital da Missão Kaowá. Agradeço a oportunidade.

PRESIDENTE (deputado Herculano Borges - Republicanos) — deputado Barbosinha, quero lhe agradecer por ter permitido que o nosso convidado usasse a tribuna antes de Vossa Excelência. Na verdade, o senhor tinha o direito de falar antes dele, mas foi muito cavalheiro e deu a ele a preferência. Pois bem. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão (11h10min).